

fundos de pensões

o futuro é de quem o faz.




**Caixa Geral
de Depósitos**

 **CGDPensões**
Grupo Caixa Geral de Depósitos

Relatório e Contas de 2013

FUNDO DE PENSÕES

PIR FIDELIDADE

ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO	3
1.1. A Conjuntura Económica	3
1.2. Mercado Monetário	5
1.3. Mercado Acionista	6
1.4. Mercado Obrigacionista	7
1.5. Mercado Cambial	8
2. ENQUADRAMENTO DOS FUNDOS DE PENSÕES	9
3. CARTEIRA DO FUNDO DE PENSÕES PIR FIDELIDADE	10
3.1. Comentário à gestão e indicadores de evolução e <i>performance</i>	10
3.2. Política de Investimento	12
5. RELATÓRIOS DE RISCO NO ÂMBITO DA NORMA REGULAMENTAR N.º8/2009-R, DE 4 DE JUNHO	21
6. RELATÓRIO DO AUDITOR E CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS	25

1. INTRODUÇÃO

1.1. A Conjuntura Económica

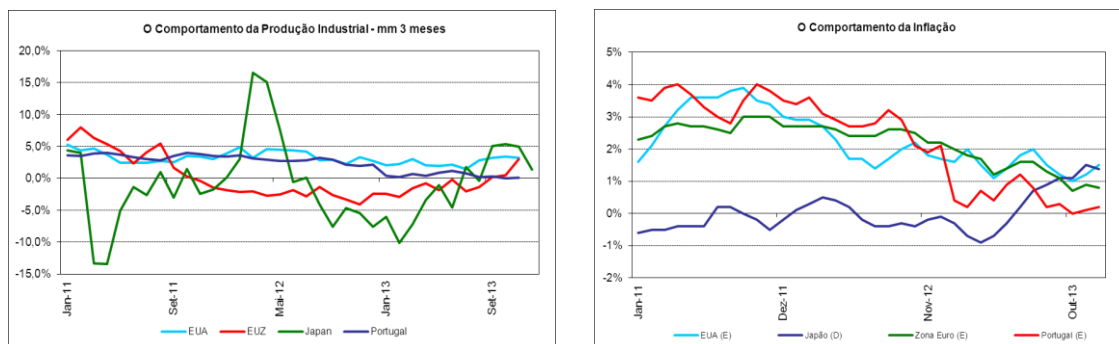
A economia mundial continuou a crescer em 2013, evidenciando um ritmo de expansão mais moderado na primeira metade do ano, devido aos constrangimentos de ordem orçamental nos EUA e ao ressurgimento dos receios com a crise da dívida na Área Euro (AE), dadas as incertezas de natureza política, primeiro em Espanha e mais tarde em Itália, e de natureza económica, desta feita no Chipre. A retoma ganhou, contudo, vigor durante a segunda metade de 2013, devido ao contributo mais positivo das economias desenvolvidas, num contexto de forte diminuição das pressões inflacionistas.

Apesar da manutenção de algumas fragilidades que transitaram dos anos anteriores nas principais economias e que geraram momentos pontuais de incerteza, nomeadamente nos EUA com origem no financiamento do Governo Federal e no aumento do limite da dívida pública, foi notória, ao longo do ano, uma melhoria dos indicadores económicos norte-americanos e também na AE. Perante impactos dos processos de reequilíbrio das finanças públicas menos negativos do que o esperado, registou-se uma recuperação da confiança de empresários e uma estabilização do mercado de trabalho, contribuindo para uma melhoria quer do investimento privado, quer do consumo das famílias. Destaque ainda para a contínua recuperação dos preços do imobiliário dos EUA, embora menos pronunciada do que em 2012.

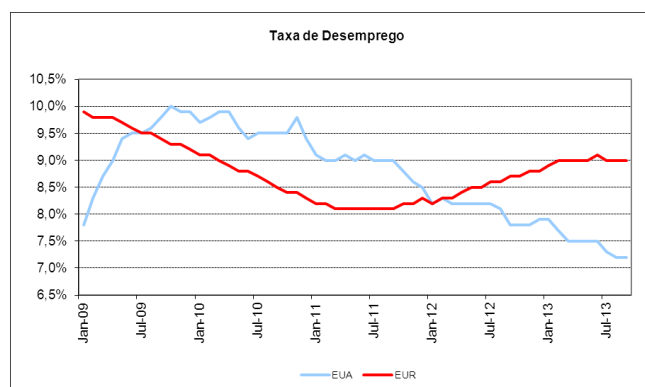
Diversos fatores contribuíram para que a crise da dívida pública da AE tivesse aliviado durante 2013. Em primeiro lugar, a ação do Banco Central Europeu (BCE) que voltou a revelar, ao longo do ano, disponibilidade para continuar a providenciar estímulos ao crescimento económico. Em segundo lugar, porque em diversos Estados Membros da AE, nomeadamente na periferia, se acentuou a forte correção dos desequilíbrios macroeconómicos. Em terceiro lugar, a resposta das autoridades europeias à crise, de onde se destacou a aprovação das primeiras medidas com vista à implementação de uma União Bancária, voltou a ser fator determinante para a evolução positiva do sentimento em torno da região.

A ação dos principais bancos centrais constituiu um fator determinante para a melhoria do sentimento em relação ao crescimento global, pautando-se pela manutenção e, em alguns casos reforço, dos estímulos ao crescimento económico. Ainda na AE, tendo permanecido sempre cauteloso na caracterização da retoma da economia da região, o BCE decretou por duas vezes a redução da principal taxa de juro de referência (a qual encerrou o ano num novo mínimo histórico de 0.25%) e prolongou os prazos durante os quais irá continuar a garantir liquidez ilimitada aos bancos através dos leilões regulares de cedência de liquidez. Ainda na primeira metade de ano, o Banco Central do Japão anunciou uma forte expansão da base monetária de forma a atingir o objetivo de 2% para a inflação, entretanto implementado. No Reino Unido, destaque para as alterações de mandato de forma a flexibilizar e implementar uma maior coordenação entre a política monetária e a orçamental. Nos EUA, a Reserva Federal (Fed) manteve o ritmo mensal de aquisição de títulos de dívida, quer governamental, quer hipotecária, nos \$85 mil milhões por mês durante todo ao ano, tendo no entanto

anunciado, na última reunião do ano, uma redução de \$10 mil milhões nas compras a partir de 2014. Nos blocos emergentes, a atuação dos bancos centrais pautou-se pela diversidade, com aumentos de taxas por parte daqueles que enfrentaram fortes depreciações das respetivas moedas e reduções por parte daqueles onde a inflação continuou em valores muito reduzidos.



Após um início de ano marcado pelo impacto negativo do forte ajustamento orçamental, os indicadores económicos dos EUA recuperaram a partir da Primavera, desenhando uma trajetória consistente com uma aceleração do crescimento. O encerramento dos serviços federais não essenciais, no início do último trimestre do ano, produziu um efeito muito diminuto na dinâmica da retoma, destacando-se o ritmo de recuperação do mercado de trabalho em 2013 praticamente idêntico ao verificado no ano anterior.



Na AE, onde os indicadores de confiança, quer de consumidores, quer de empresários, mostraram uma melhoria praticamente ininterrupta durante 2013, o crescimento económico voltou a terreno positivo no segundo trimestre, impulsionado pelo desempenho favorável do comércio externo e pela diminuição do contributo negativo da procura interna. O mercado de trabalho mostrou uma estabilização ao longo do ano, tendo a taxa de desemprego permanecido praticamente sem alteração, embora no nível máximo de 12.1%. A inflação registou um arrefecimento ao longo de 2013, mantendo-se sempre abaixo do limite dos 2% e encerrando, inclusive, mais de 1 p.p. abaixo daquele valor.

No Japão, a adoção de políticas orçamentais e monetárias expansionistas, ainda em 2012 e reforçadas em 2013, continuou a consubstanciar-se numa melhoria do crescimento, com a confiança dos empresários a voltar, em alguns casos, a máximos históricos e o desemprego a descer. Destaque, também, para a inflação subjacente no consumidor que se fixou no valor

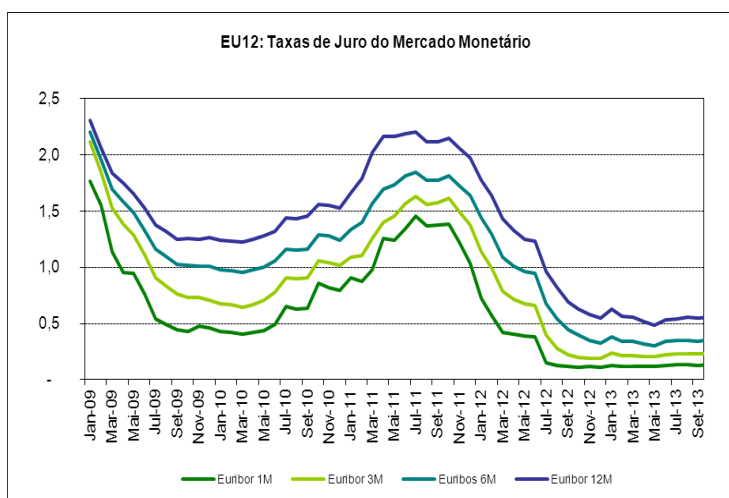
mais elevado desde o verão de 1998.

Embora tenham continuado a registar níveis de crescimento muito assinaláveis em 2013, as economias emergentes mantiveram, com exceção sobretudo da China, a toada de abrandamento que transitara do ano anterior. A atividade económica continuou limitada por condições menos favoráveis, quer devido ao preço mais baixo das matérias-primas, quer às limitações derivadas da redução dos fluxos de capitais direcionados para estas economias, que se prenderam com a subida das taxas de juro de longo prazo nas economias desenvolvidas. Alguns sinais de melhoria dos dados que também se fizeram sentir nos países emergentes deveram-se aos benefícios da melhoria das economias desenvolvidas.

A economia portuguesa, à semelhança da europeia, voltou igualmente a crescer, em cadeia, a partir do segundo trimestre, quando averbou uma expansão de 1.1%, a primeira desde o terceiro trimestre de 2010. No trimestre seguinte, a atividade continuou a expandir-se, desta feita 0.2%. Estes resultados acalentaram as expetativas de crescimento sustentado, embora moderado, da atividade económica, para as quais contribuíram a persistente recuperação ao longo de todo o ano dos indicadores de sentimento dos empresários e das famílias, bem como o desempenho favorável das exportações. No mercado de trabalho, de acordo com o INE, o último valor da taxa de desemprego, referente ainda ao terceiro trimestre, foi de 15.6%, tendo descido pelo segundo trimestre consecutivo. A inflação arrefeceu durante o ano, à semelhança do que se passou na maioria dos países europeus, atingindo 0.2% em dezembro de 2013, após os registos negativos dos dois meses anteriores.

1.2. Mercado Monetário

As taxas de juro de curto prazo mantiveram-se, em 2013, perto do nível historicamente baixo em que tinham acabado o ano de 2012. As políticas dos bancos centrais voltaram a ser decisivas para a evolução dos mercados financeiros, com destaque para a Fed, com o impacto da terceira ronda de medidas não convencionais de injeção de liquidez na economia (QE3) a



sentir-se ao longo do ano, quer devido aos estímulos que proporcionou, quer pela discussão que gerou quanto ao *timing* de início da redução do programa. Em relação à AE, o BCE reduziu a taxa diretora para um novo mínimo histórico (0.25%) em novembro, na sequência da divulgação de dados de inflação longe do

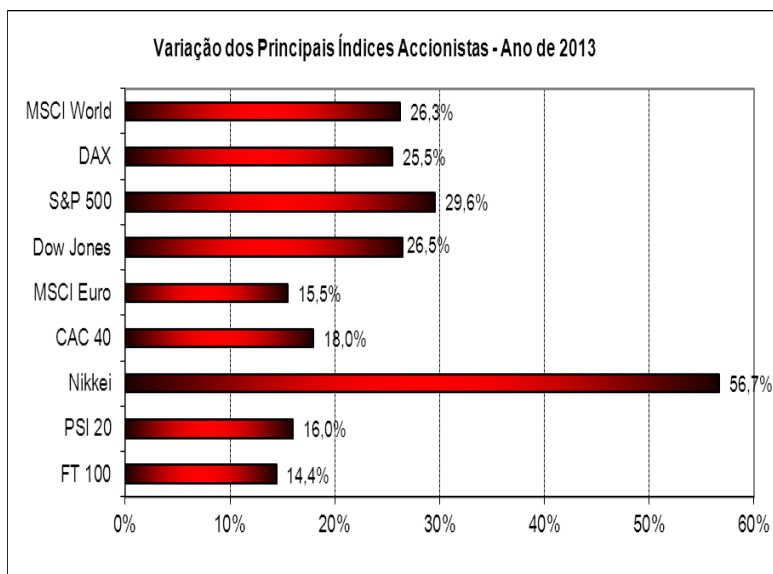
limite máximo definido por aquela instituição e que aponta para riscos de deflação. O corte da taxa diretora acabou por ter um impacto reduzido nas taxas de juro Euribor, especialmente de

curto prazo, pois as mesmas já transacionavam a níveis abaixo da taxa diretora. Para além disso, o Presidente do BCE, Mário Draghi, venceu a expectativa de que as taxas se mantivessem baixas por um período longo de tempo, com aquele Banco a fazer o possível para ajudar à normalização financeira da AE. Foi apenas com o aproximar do final do ano que as taxas registaram algumas subidas ligeiras, explicadas essencialmente com a habitual maior procura de liquidez nessa época do ano.

Assim a taxa Euribor a 3 meses encerrou o ano a 0.29%, registando uma subida de 10 p.b. face a Dezembro de 2012. Por sua vez, a taxa a 12 meses evidenciou um comportamento praticamente nulo, ao subir apenas 1.5 p.b., fixando-se nos 0.55%.

1.3. Mercado Acionista

O ano de 2013 caracterizou-se por *performances* muito positivas dos principais mercados acionistas, em vários casos a atingirem máximos históricos. O ano ficou marcado por uma substancial diferença de rendibilidades entre os mercados desenvolvidos, que subiram 24.1% (MSCI World) e os mercados emergentes que desceram 5% (MSCI Emerging Markets). Os estímulos monetários decididos pelos vários bancos centrais conseguiram fazer reduzir o prémio de risco exigido pelos investidores, permitindo valorizações substanciais dos mercados acionistas das economias desenvolvidas, mesmo num ambiente económico algo deprimido. A evolução na AE, no sentido de alguma acalmia do risco soberano, apesar da ocorrência de eventos negativos no início do ano, como a crise de Chipre e as eleições italianas, também ajudou ao ambiente de gradual



aumento de apetite pelo risco verificado ao longo do ano. Apenas o alerta, em maio, por parte da Fed, de que eventualmente iria iniciar a redução do programa de estímulos monetários, perturbou os mercados. De realçar que os mercados suportaram ainda outros eventos potencialmente negativos, como o encerramento parcial do estado federal e o aproximar do limite da dívida norte-americana no final de 2013, mantendo a tendência de subida.

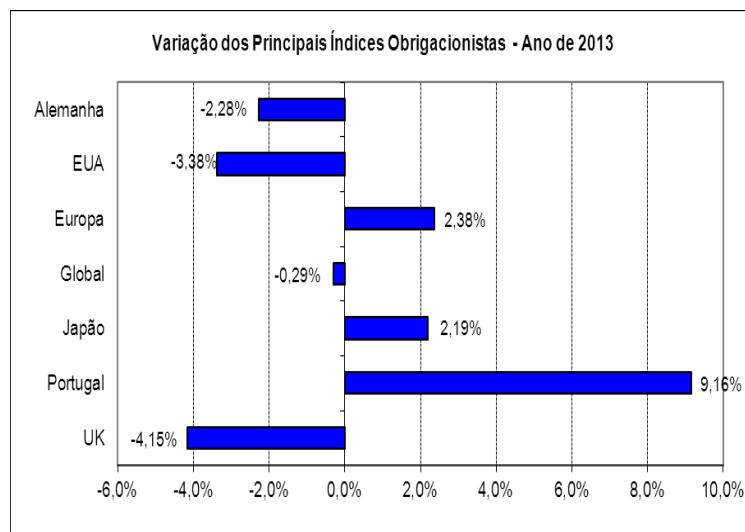
O mercado acionista que mais se destacou em 2013 acabou por ser o japonês, com o índice Nikkei a valorizar 56%, na sequência da implementação de estímulos monetários e reformas substanciais que fizeram com que o Iene desvalorizasse 26.5%.

Entre os mercados desenvolvidos, o americano terminou o ano num nível recorde, tendo valorizado 29.6%, enquanto a Europa continuou a sua recuperação, com uma subida de 17.4%. Entre os índices europeus, destacaram-se o alemão (Dax 25.5%), o espanhol (Ibex 21.4%) e o francês (CAC 18.1%).

1.4. Mercado Obrigacionista

Ao longo do ano verificou-se uma tendência de subida das *yields* nos mercados de dívida soberana de referência (EUA e Alemanha), após a obtenção de mínimos históricos no ano anterior. A melhoria gradual nos dados económicos e uma procura por ativos de maior risco explicou em grande medida este comportamento. Em consequência da melhoria económica, o mercado começou a especular, especialmente após maio, quando iria a Fed dar início ao processo de redução da dimensão do programa de compra de ativos em curso (QE3), que é composto por compras de dívida pública americana, bem como por obrigações hipotecárias.

Essa decisão acabou por ser anunciada já em dezembro, após um final de ano conturbado ao nível político, que incluiu uma suspensão parcial do estado federal norte-americano durante 15 dias. Na Europa, o destaque continuou a ir para as obrigações de países periféricos, que continuaram o processo de estreitamento



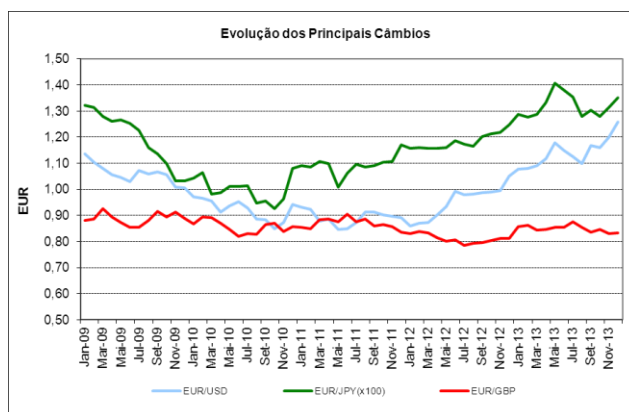
de *spreads* face à Alemanha, processo esse iniciado no final de 2012 com o anúncio do programa OMT por parte do BCE. Nem mesmo alguns eventos negativos no início de 2013, como o resgate de Chipre e o impasse nas eleições italianas, conseguiram inverter esta tendência. Já no final do ano, um dos países intervencionados, a Irlanda, acabou mesmo por anunciar a saída do seu programa de ajustamento sem necessidade de recorrer a qualquer programa cautelar, devido a condições favoráveis de mercado.

Assim, ao longo do ano de 2013, foram visíveis subidas de *yields*, em especial nos prazos mais longos, com as maturidades a 2 anos de EUA e Alemanha a variarem 13 p.b. e 23 p.b., e os prazos a 10 anos de 127 p.b. e 61 p.b., respetivamente. Já em relação à periferia, Portugal, Espanha e Itália estreitaram 149 p.b., 172 p.b. e 86 p.b. face à Alemanha, respetivamente. Deste modo os índices JP Morgan de obrigações desvalorizaram 3.4% e 2.3% para os EUA e Alemanha, e valorizaram 2.4% para a Zona Euro como um todo.

1.5. Mercado Cambial

No ano de 2013, o comportamento do mercado cambial foi marcado pela substancial desvalorização do Iene Japonês (26.5% face ao Euro), fruto do início de uma política monetária muito agressiva em termos de expansão da base monetária por parte do Japão, com o objetivo de terminar com a deflação que subsiste no país há décadas. Destaque ainda para as moedas de mercados emergentes que tiveram um ano negativo, com o índice JPM EM Currencies a desvalorizar 7.5%, influenciado pelo pior desempenho relativo do bloco, mas também pela expectativa de início de retirada de estímulos monetários por parte dos EUA.

Assim, ao longo de 2013, o Euro registou uma apreciação de 6.3% face ao cabaz de trocas comerciais da AE. Já o índice equivalente, mas para o Dólar Norte-Americano, acabou 2013 praticamente sem variação (+0.3%). De notar que no *cross* Euro-Libra, verificou-se uma apreciação do Euro em cerca de 2.3%.



2. ENQUADRAMENTO DOS FUNDOS DE PENSÕES

A Norma 8/2009-R de 4 de junho do ISP vem regulamentar os “Mecanismos de Governação no âmbito dos fundos de pensões no que respeita à gestão de riscos e controlo interno”.

Assim, a CGD Pensões, no âmbito da sua função de gestão concluiu, no último trimestre de 2012, o trabalho conjunto com a Direção de Gestão de Risco (DGR), conducente à assunção, por parte desta Direção da Caixa Geral de Depósitos (CGD), do controlo, avaliação e monitorização das medidas definidas pela medição dos seguintes riscos:

- Risco de mercado;
- Risco de crédito;
- Risco de concentração;
- Risco de liquidez:
 - Nos fundos de pensões fechados são tidas em linha de conta as necessidades de se assegurarem os *cash-flows* dos passivos bem como as pensões que já se encontram em pagamento;
 - Nos fundos de pensões abertos é tida em linha de conta a estrutura etária dos Participantes, o histórico de transferências entre fundos ou para outros fundos e o histórico de reembolsos.

Encontra-se em fase de assinatura o contrato de prestação de serviços a ser celebrado entre Sociedade Gestora e a CGD, no que respeita a esta matéria.

O risco operacional é já tratado e monitorizado no âmbito do processo ROCI da CGD, transversal a todo o Grupo e o risco de investimento é controlado através do cálculo periódico da margem da solvência da CGD Pensões.

O Plano de Continuidade de Negócio (PCN) é assegurado transversalmente a todo o Grupo pela CGD encontrando-se implementado e com testes regulares levados a cabo ao longo do ano.

A auditoria interna foi subcontratada em 2012 à CGD, mediante celebração de contrato específico sendo assegurada pela respetiva direção da Caixa Geral de Depósitos.

3. CARTEIRA DO FUNDO DE PENSÕES PIR FIDELIDADE

3.1. Comentário à gestão e indicadores de evolução e performance

Em 23 de dezembro de 2011 foi celebrado um Novo Contrato Coletivo de Trabalho (novo CCT) para a atividade seguradora, que estabelece a substituição do anterior Plano de Pensões para a generalidade dos trabalhadores no ativo, com referência a 1 de janeiro de 2012, por um plano individual de reforma.

Tendo em vista a concretização do *supra* mencionado, foi constituído, em 31 de janeiro de 2013, o Fundo de Pensões PIR Fidelidade – Companhia de Seguros e Associadas, para o qual foram transferidos, os seguintes valores, na data da sua constituição:

1. Para os colaboradores que se encontravam abrangidos pelo Plano de Pensões de Benefício Definido decorrente do Anterior CCT da atividade seguradora (cujo texto consolidado foi publicado no Boletim do Trabalho e do Emprego, n.º 32, de 29 de agosto de 2008, com as alterações posteriores, publicadas no Boletim do Trabalho e Emprego, n.º 29, de 8 de agosto de 2009), a transferência do valor das respetivas responsabilidades por serviços passados com pensões de reforma por velhice, no âmbito daquele Plano, apuradas com referência a 31 de dezembro de 2011;
2. As contribuições mensais, vencidas até àquela data, previstas no Novo CCT da Atividade seguradora, cujo texto foi publicado no Boletim do Trabalho e Emprego, n.º 2, de 15 de janeiro de 2012;
3. A atribuição, sobre os valores referidos nos dois pontos anteriores, de uma rendibilidade efetiva de 12,56% (taxa resultante da média, ponderada pelo valor patrimonial em 01-01-2012 de cada Fundo/ Adesão Coletiva que financiava os Planos de Benefício Definido das Companhias), relativa ao ano de 2012;
4. A atribuição, sobre os valores mencionados nos três pontos anteriores, de uma rendibilidade efetiva de 5,61% (taxa máxima, de entre as taxas de rendibilidade registadas em 2013, pelos fundos que financiavam os Planos de Benefício Definido das Companhias, até ao final do mês anterior ao da constituição do Fundo de Pensões PIR Fidelidade – Companhia de Seguros e Associadas (31 de dezembro de 2013), relativa ao período de 1 de janeiro de 2013 a 30 de novembro de 2013.

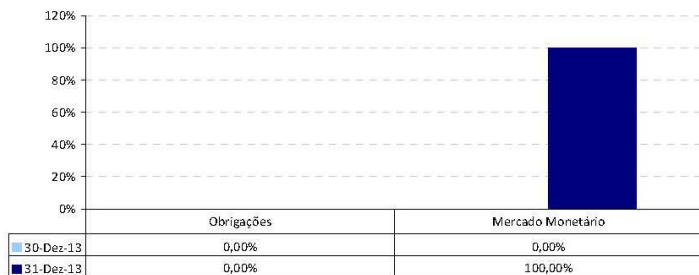
A evolução dos ativos e a composição da carteira, decidida em termos de distribuição por segmentos de investimento, traduziram-se numa rentabilidade acumulada do Fundo, no ano, de 0,01%.

Fundo Pensões PIR Fidelidade

31-Dez-13

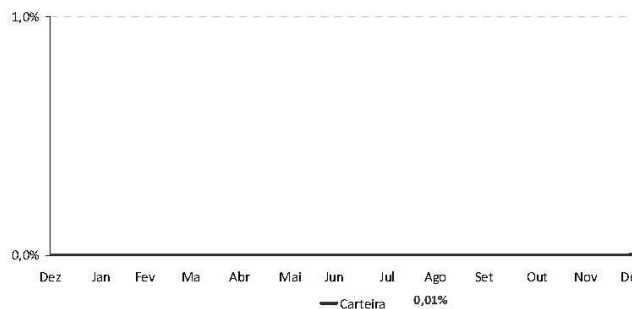


Evolução da Composição da Carteira



	Composição Carteira		Limites
	Peso Médio YTD	Final Mês	
Obrigações	0,00%	0,00%	0%-98%
MM	100,00%	100,00%	0%-100%
DP		97,42%	
	100,00%	100,00%	

Rentabilidade da Carteira

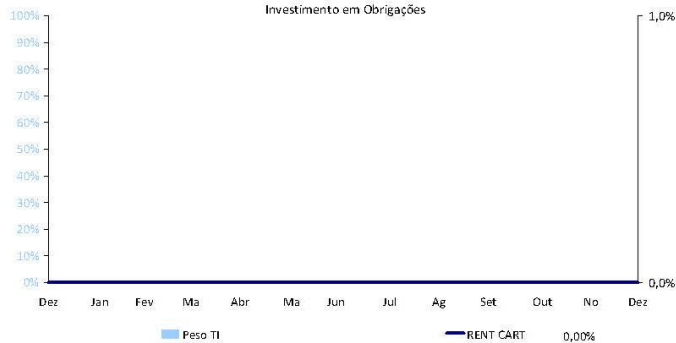


Performance MTD Performance YTD

Carteira Consolidada	0,01%	0,01%
Carteira de Obrigações		
Contributo Absoluto	0,00%	0,00%
Contributo Relativo	0,00%	0,00%
DP		
Contributo Absoluto	0,01%	0,01%
Contributo Relativo	0,01%	0,01%

Valor da Carteira Total 20.120.562 (euros)

Investimento em Obrigações



Investimento em Mercado Monetário



Direção Gestão de Risco

3.2. Política de Investimento

Introdução

O presente Anexo tem por objetivo estabelecer um conjunto de diretrizes e princípios orientadores, com base nos quais a Entidade Gestora deverá conduzir e controlar a gestão do Fundo de Pensões Fidelidade-Companhia de Seguros e Associadas (adiante apenas designado por Fundo).

Os intervalos e limites estabelecidos nos pontos seguintes têm carácter referencial, podendo ser excedidos em condições anormais de mercado, enquanto tais condições se mantiverem, ou se essa violação for efetuada de forma passiva, designadamente como resultado de flutuações do preço de mercado dos ativos financeiros, ou ainda mediante acordo expresso com os Associados (sem prejuízo, nas situações em que tal seja aplicável, do prévio parecer da Comissão de Acompanhamento dos Plano de Pensões).

Estratégia de Investimento e Perfil do Investidor Objetivo

A estratégia de aplicações do Fundo caracteriza-se por uma gestão prudente que procura preservar o capital investido.

Para minimizar a volatilidade da carteira do Fundo, o universo de investimento é restringido a depósitos à ordem, depósitos a prazo, outros instrumentos líquidos de mercado monetário e obrigações de taxa fixa denominadas em euros.

O investimento em obrigações será efetuado segundo uma estratégia de aquisição e manutenção até à maturidade, minimizando-se assim os custos de transação. O risco de crédito inerente a esta estratégia é mitigado, designadamente, pela monitorização dos ativos e emissores em carteira, pelo controlo da maturidade das obrigações em carteira e pela inclusão de limites de *rating* no momento da aquisição dos ativos.

Limites de Investimento

São definidos, para cada classe de ativos, os seguintes limites de investimento:

Classes de Ativos	Intervalos Permitidos (%)
Obrigações (a)	0 – 98
Liquidez (b)	0 – 100

Em que:

- (a) Inclui obrigações de dívida pública de países pertencentes à União Europeia ou à OCDE, obrigações diversas emitidas por entidades privadas, obrigações hipotecárias,

títulos de dívida objeto de securitização e outros valores mobiliários representativos de dívida emitida por entidades públicas ou privadas. Os títulos representativos de dívida só poderão ser de taxa fixa denominada em euros, têm necessariamente que ter *rating investment grade* na data de aquisição e podem corresponder a dívida sénior, bem como a dívida subordinada;

- (b) Inclui depósitos bancários e instrumentos do mercado monetário, nomeadamente vocacionados para a gestão de tesouraria. Esta classe de ativos pode incluir Bilhetes do Tesouro e papel comercial. Ex: depósitos à ordem, depósitos a prazo, certificados de depósito e bilhetes do tesouro.

Restrições / Indicações

Para além das restrições impostas pela legislação em vigor a cada momento, a gestão da carteira do Fundo deverá ainda ter em consideração os seguintes pontos:

I. Instrumentos Derivados:

O Fundo não poderá utilizar instrumentos financeiros derivados.

II. Operações de Reporte e Empréstimo de Valores:

Com o objetivo de incrementar a sua rendibilidade, o Fundo pode efetuar operações de reporte e de empréstimo, desde que estas sejam efetuadas com uma instituição financeira que, cumulativamente, esteja legalmente autorizada para o efeito num Estado membro do Espaço Económico Europeu ou noutro país da OCDE e cujo *rating* seja qualitativamente igual ou superior a “BBB”/“Baa2”, conforme notações universalmente utilizadas, ou a outras classificações comprovadamente equivalentes.

As operações de reporte e de empréstimo serão realizadas em Bolsas de valores e mercados regulamentados.

As garantias associadas às operações de reporte e de empréstimo de valores efetuadas por conta do Fundo, devem revestir a forma de:

- (a) numerário;
- (b) valores mobiliários emitidos ou garantidos por Estados membros da União Europeia, admitidos à negociação num mercado regulamentado de um Estado membro da União Europeia;
- (c) instrumentos do mercado monetário, emitidos em conjuntos homogêneos, nomeadamente bilhetes do tesouro.

As operações de reporte e empréstimo não poderão comprometer os limites de alocação definidos para cada uma das classes de ativos a que respeitam e o valor de mercado dos ativos cedidos no conjunto dessas operações não poderá exceder, em qualquer momento, 40% do valor do património do Fundo.

III. Investimento Obrigacionista, Papel Comercial e Liquidez

O Fundo não poderá:

- a. Investir em obrigações convertíveis ou obrigações que confirmem o direito de subscrição de ações ou de aquisição, a outro título, de ações, bem como investir em títulos de participação ou em unidades de participação de fundos cujo regulamento de gestão não proíba o investimento nos ativos atrás referidos;
- b. Adquirir obrigações cujo prazo de vencimento residual seja superior a 10 anos;
- c. Adquirir obrigações que, cumulativamente, não disponham nem de *rating* de emissão nem de *rating* de emitente, no momento da aquisição;
- d. Sem prejuízo do estabelecido no parágrafo seguinte, as obrigações adquiridas deverão ter, na data da respetiva aquisição, um *rating* mínimo de *Investment Grade* ou equivalente. Para ser considerado *Investment Grade* o título terá que ser enquadrado nessa classificação pela maioria das agências, que lhe tenham atribuído notação financeira, de entre as seguintes: Standard & Poor's, Moody's e Fitch. Em caso de *downgrade* a Entidade Gestora não terá que alienar os ativos afetados, podendo optar pela sua manutenção em carteira;
- e. Independentemente do respetivo *rating*, o Fundo poderá ainda investir em títulos representativos de dívida de emitentes portugueses, quer sejam entidades públicas ou privadas, entendendo-se por emitentes portugueses as empresas ou instituições com sede em território nacional. O investimento (inicial ou reforço) num destes ativos não deverá, contudo, originar, na data da respetiva aquisição, uma exposição de mais de 7,5% do valor global da carteira do Fundo, a títulos que não respeitem o *rating* mínimo estabelecido na parágrafo anterior. Estas restrições incluem os do Bilhetes do Tesouro e o Papel Comercial;
- f. As obrigações, no momento da aquisição, deverão obedecer ao seguinte quadro de exposição por *rating* e bandas de maturidade, definida em termos de percentagem do valor patrimonial do Fundo afeto a cada banda temporal, incluindo todos os instrumentos elegíveis para investimento:

Intervalos Maturidade (em anos)	Exposição Máxima (<i>Rating</i> x maturidade)			
	BBB	A	AA	AAA
[0; 2 [20%	100%	100%	100%
[2;5[0%	40%	100%	100%
[5;10]	0%	0%	75%	100%

IV. Valores Não Admitidos em Mercados Regulamentados

O Fundo não poderá investir em valores mobiliários que não se encontrem admitidos à negociação em mercados regulamentados.

V. Aplicações em Moeda Diferente do Euro

O Fundo não poderá realizar aplicações expressas em moedas que não o Euro.

VI. Organismos de Investimento Coletivo Não Harmonizados

O Fundo poderá investir em organismos de investimento coletivo não harmonizados dentro dos seguintes limites:

- (a) As aplicações em organismos de investimento coletivo em valores mobiliários de índices não harmonizados, que não façam uso do efeito de alavancagem, não poderão ultrapassar 30% do valor global do Fundo;
- (b) As aplicações em organismos de investimento coletivo não harmonizados que se enquadrem no âmbito da alínea e) do n.º 1 do artigo 19.º da Diretiva n.º 85/611/CEE, de 20 de dezembro, alterada pela Diretiva n.º 2001/108/CE, de 21 de janeiro de 2002, não poderão representar mais que 30% do valor global do Fundo;
- (c) As aplicações em outros organismos de investimento coletivo não harmonizados não poderão ultrapassar 10% do Fundo.

Os organismos de investimento coletivo não harmonizados detidos no Fundo só poderão investir nas classes de rendimento fixo, incluindo obrigações, taxas de juro e derivados sobre os mesmos e ainda instrumentos de mercado monetário. Os respetivos investimentos terão que ser sempre denominados em EUR ou ter *hedging* cambial total para o EUR.

VII. Diversificação e Dispersão do Investimento

O investimento do Fundo deverá respeitar os seguintes limites de diversificação e dispersão prudenciais:

- (a) O investimento numa mesma Sociedade não pode representar mais do que 10% do valor do património do Fundo, sendo o limite de 5% quando se tratar de investimento em Associados do Fundo ou em Sociedades que se encontrem em relação de domínio ou de grupo com esses Associados;
- (b) O investimento no conjunto das Sociedades que se encontrem entre si ou com a Entidade Gestora em relação de domínio ou de grupo não pode representar mais do que 20% do valor do património do Fundo, sendo o limite de 10% quando se tratar de investimentos efetuados no conjunto dos Associados do Fundo e das Sociedades que se encontrem em relação de domínio ou de grupo com esses Associados;
- (d) No caso de organismos de investimento coletivo não harmonizados que invistam noutros organismos de investimento coletivo não harmonizados, não é aplicável o limite estabelecido na alínea anterior, mas o investimento em unidades de participação de

cada um destes outros organismos não pode representar mais do que 2% do valor do património do Fundo;

- (e) Para efeitos das anteriores alíneas (a) a (d), excluem-se depósitos em instituições de crédito que sejam efetuados com vista à gestão de liquidez do Fundo.

VIII. Investimentos Vedados

Não poderão ser adquiridos nem entregues como contribuição para o Fundo títulos emitidos:

- (a) Pela Entidade Gestora;
- (b) Por Sociedades que sejam membros do órgão de administração da Entidade Gestora, ou que com esta estejam em relação de domínio ou de grupo, ou que possuam, direta ou indiretamente, mais do que 10% do capital social ou dos direitos de voto desta, salvo se os títulos se encontrarem admitidos à negociação num mercado regulamentado;
- (c) Por Associados do Fundo ou Sociedades que estejam em relação de domínio ou de grupo com esses Associados, salvo se os títulos se encontrarem admitidos à negociação num mercado regulamentado;
- (d) Por Sociedades cujo capital social ou direitos de voto pertençam, direta ou indiretamente, em mais do que 10% a um ou mais administradores da Entidade Gestora, em nome próprio ou em representação de outrem, ou aos seus cônjuges e parentes ou afins no 1.º grau, salvo se os títulos se encontrarem admitidos à negociação num mercado regulamentado;
- (e) Por Sociedades de cujos órgãos de administração ou de fiscalização façam parte um ou mais administradores da Entidade Gestora, em nome próprio ou em representação de outrem, seus cônjuges e parentes ou afins no 1.º grau, salvo se os títulos se encontrarem admitidos à negociação num mercado regulamentado.

Medidas de Referência Relativas à Rendibilidade

I. Medidas de Referência

A gestão é conduzida numa ótica de retorno absoluto, tendo como objetivo uma rendibilidade anual positiva e a ausência de perda de capital.

II. Cálculo da Rendibilidade da Carteira

Como base de cálculo da rendibilidade dos ativos financeiros deverá ser utilizada a *Time Weighted Rate of Return*, cujo cálculo exato requer uma avaliação completa da carteira sempre que se dá um movimento de *cashflows*. A fórmula utilizada para o cálculo das rendibilidades diárias será a seguinte:

$$r_t = \frac{(MV_t - CF_t) - MV_{t-1}}{MV_{t-1}}$$

Onde

r_t = rendibilidade diária da carteira no dia t ;

MV_t = valor de mercado da carteira no final do dia t ;

CF_t = valor dos *cashflows* líquidos ocorridos no dia t ;

t = unidade de tempo diária.

As rendibilidades diárias deverão ser compostas, por forma a obter as rendibilidades mensais, trimestrais e anuais e acumuladas desde o início do ano (YTD):

Rendibilidade do Período

$$R_P = \left(\prod_{t=1}^n (1 + r_t) \right) - 1$$

Onde

R_P = rendibilidade acumulada da carteira no período P ;

P = período de tempo (mês, trimestre ou ano);

t = unidade de tempo diária;

n = número de observações diárias no período.

Rendibilidade YTD

$$R_T = \left(\prod_{t=1}^n (1 + r_t) \right) - 1$$

Onde

R_T = rendibilidade acumulada da carteira no período T ;

T = período de tempo (dias decorridos desde o início do ano);

t = unidade de tempo diária;

n = número de observações diárias no período.

Medição e Controlo de Risco

O risco dos investimentos é avaliado através da utilização de diversas medidas estatísticas e financeiras, baseadas em observações *a posteriori* da evolução da *performance* da carteira do Fundo e dos ativos que a compõem.

Esses indicadores são regularmente calculados e a gestão da carteira global do Fundo e da carteira de cada classe de ativos que o compõem poderá ser ajustada, sempre que tal seja considerado necessário face ao valor dos mesmos.

No âmbito do processo de medição e controlo de risco são, nomeadamente, utilizados os seguintes indicadores:

- (a) **Desvio-padrão** anualizado das rendibilidades diárias para calcular a volatilidade das carteiras de ativos e dos respetivos *benchmarks* segundo as seguintes fórmulas:

$$\sigma_{r_T} = \sqrt{\left(\frac{\sum_{t=1}^n (r_t - \overline{r_T})^2}{n-1} \right)} \times \sqrt{365}$$

$$\sigma_{b_T} = \sqrt{\left(\frac{\sum_{t=1}^n (b_t - \overline{b_T})^2}{n-1} \right)} \times \sqrt{365}$$

σ_{r_T} = desvio-padrão das rendibilidades da carteira no período T;

σ_{b_T} = desvio-padrão das rendibilidades do *benchmark* no período T;

T = período de tempo (dias decorridos desde o início do ano);

t = unidade de tempo diária;

n = número de observações diárias no período;

r_t = rendibilidade diária da carteira no dia t;

$\overline{r_T}$ = média das rendibilidades r_t no período T.

b_t = rendibilidade diária do benchmark no dia t;

$\overline{b_T}$ = média das rendibilidades b_t no período T.

Este é um indicador de dispersão pelo que quanto maior for o valor encontrado maior o risco histórico dos investimentos. Pelo contrário, quanto mais perto de zero estiver o valor do desvio-padrão, mais estáveis são as rendibilidades obtidas e, portanto, menor o risco;

- (b) Como medida de eficiência utiliza-se o **Índice de Sharpe**, que avalia o acréscimo de rendibilidade por unidade de risco assumida, assumindo o risco como o desvio-padrão das rendibilidades diárias e calculando o acréscimo de rendibilidade face ao índice de rendibilidade da taxa de juro sem risco (assume-se a *Euribor* a 3M), através da seguinte fórmula:

$$S_T = \frac{(R_T + 1)^{(65/T)} - 1}{\sigma_{r_T}} \left((f_T + 1)^{(65/T)} - 1 \right)$$

Em que:

S_T = índice de *Sharpe* da carteira no período T;

T = período de tempo (dias decorridos desde o início do ano);

R_T = rendibilidade acumulada da carteira no período T;

rf_T = índice de rendibilidade da taxa de juro sem risco no final do período T. Este índice resulta da diarização da média móvel das observações diárias dos últimos 3 meses da *Euribor 3M*;

σ_{r_T} = desvio-padrão das rendibilidades da carteira no período T.

- (c) **Risco de Perda** da carteira é uma medida que pretende medir a consistência com que a *performance* da carteira fica abaixo do seu retorno objetivo. Assim, um elevado valor do risco de perda sugere que a política de gestão origina consistentemente diferenças de rendibilidade negativas face ao objetivo de retorno estabelecido para a carteira. Calcula-se através da seguinte fórmula:

$$RP_T = \sqrt{\frac{\sum_{t=1}^n (d_t - \bar{d}_T)^2}{n-1}} \times \sqrt{365}$$

RP_T = risco de perda da carteira no período T;

T = período de tempo (dias decorridos desde o início do ano);

t = unidade de tempo diária;

n = número de observações diárias no período;

$d_t = \text{Min}(r_t - b_t)$;

\bar{d}_T = média dos d_t no período T;

r_t = rendibilidade diária da carteira no dia t;

b_t = rendibilidade diária do *benchmark* no dia t.

Intervenção e Exercício de Direitos de Voto

A política de intervenção e exercício de direitos de voto nas sociedades emitentes será decidida pelo Conselho de Administração da Entidade Gestora, tendo sempre subjacente o

melhor interesse do Fundo, ouvidas a Comissão de Investimentos e os Associados, e deverá ter a aprovação deste.

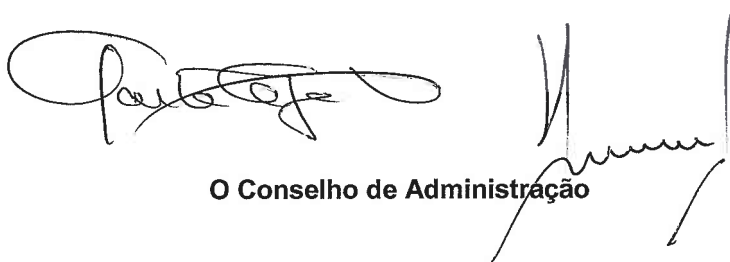
Definição da Política de Investimento

A decisão do teor da Política de Investimentos e de eventuais alterações à mesma compete aos Conselhos de Administração dos Associados, mediante aprovação de proposta da Entidade Gestora, tendo sempre subjacente o melhor interesse para o Fundo e a defesa dos interesses dos Participantes e Beneficiários.

Método de Valorização dos Activos

Conforme referido no Ponto 2. da presente Política de Investimento, o Fundo irá adotar uma estratégia de “comprar e manter até à maturidade” as obrigações em carteira para minimizar os custos de transação.

Por esse facto o princípio de valorização para estes instrumentos financeiros será o do “Custo Amortizado”, em alternativa ao princípio do “Justo Valor” que vigorará para os restantes ativos de acordo com o normativo estipulado na legislação em vigor.



O Conselho de Administração

5. RELATÓRIOS DE RISCO NO ÂMBITO DA NORMA REGULAMENTAR N.º8/2009-R, DE 4 DE JUNHO

Sectores

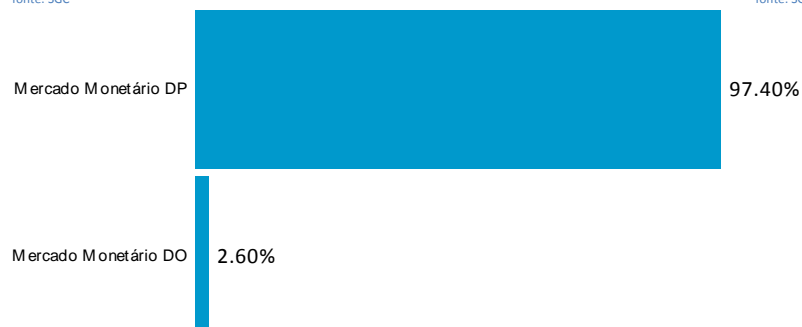


Países



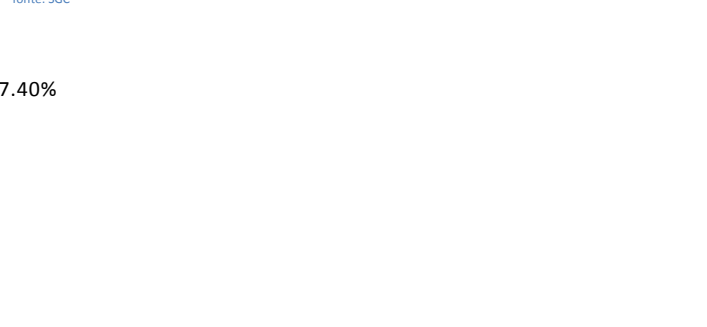
Emitentes - Investimento Directo

fonte: SGC



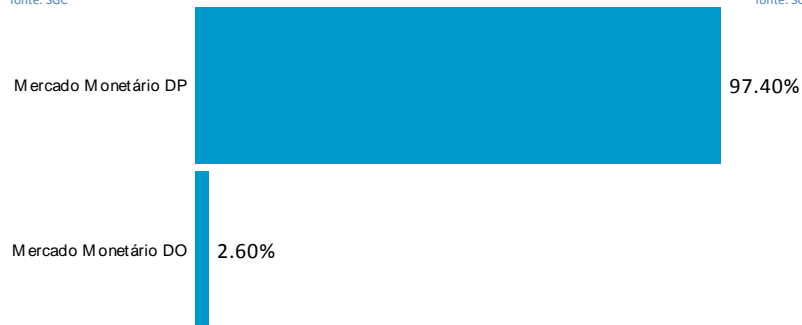
Emitentes - Investimento Indirecto

fonte: SGC



Grupos Económicos - Investimento Directo

fonte: SGC



Grupos Económicos - Investimento Indirecto

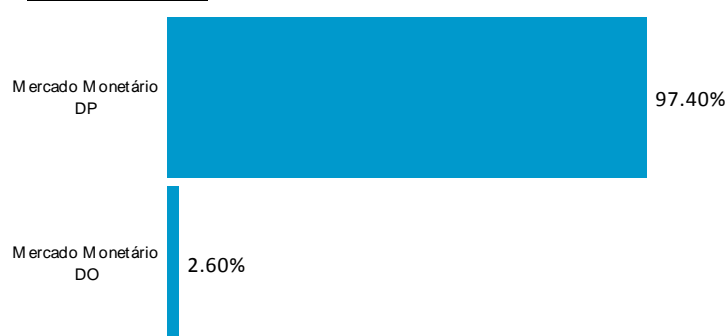
fonte: SGC



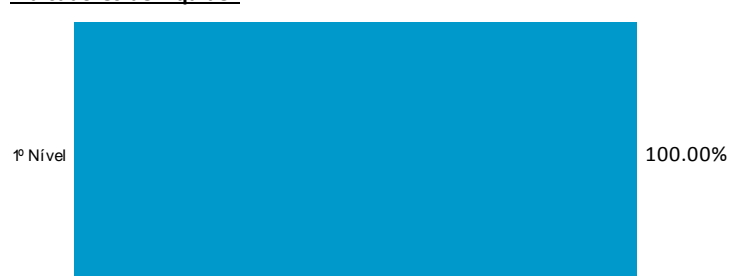
Ratings



Classes de Activos



Indicadores de Liquidez



Indicadores de Liquidez: 1º Nível: considera ações, títulos com preço diário (ainda que a data do preço seja anterior à data de valorização), restantes títulos com contribuidor CBBT e MM (incluindo comissões e custos); 2º Nível: engloba obrigações de contribuidores que não CBBT; 3º Nível: considera restantes Fundos de Investimento; 4º Nível: engloba imóveis, títulos valorizados a preços de convergência, custo de aquisição ou com modelos de avaliação. Stress Testing: Os resultados do cenário de taxa de juro não receberam a validação da DGR, sendo por isso meramente indicativos.

■ consumo
■ limite
■ excesso

6. RELATÓRIO DO AUDITOR E CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras anexas do Fundo de Pensões PIR Fidelidade – Companhia de Seguros e Associadas (adiante igualmente designado por “Fundo”), as quais compreendem a Demonstração da posição financeira em 31 de Dezembro de 2013, que evidencia um total do activo de 20.120.727 Euros e valor do Fundo de 20.120.562 Euros, incluindo um resultado líquido de 20.120.562 Euros, as Demonstrações dos resultados e dos fluxos de caixa em 31 de Dezembro de 2013 e os correspondentes Anexos.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração da CGD Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. (Sociedade Gestora) a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do Fundo, o resultado das suas operações e os seus fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

3. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração da Sociedade Gestora, utilizadas na sua preparação. Este exame incluiu, igualmente, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações e a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

4. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 acima apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira do Fundo de Pensões PIR Fidelidade – Companhia de Seguros e Associadas em 31 de Dezembro de 2013, bem como o resultado das suas operações e os seus fluxos de caixa naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para os Fundos de Pensões (Nota 2).

Relato sobre outros requisitos legais

5. É também nossa opinião que a informação financeira constante do Relatório de Gestão é concordante com as demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2013.

Lisboa, 18 de Fevereiro de 2014



Deloitte & Associados, SROC S.A.
Representada por João Carlos Henriques Gomes Ferreira

FUNDO DE PENSÕES PIR FIDELIDADE - COMPANHIA DE SEGUROS E ASSOCIADAS

DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Montantes expressos em Euros)

ACTIVO		Nota	
Investimentos:			
Numerário, depósitos em instituições de crédito e aplicações MMI	4		20,119,545
Outros activos:			
Acréscimos e diferimentos	4		1,182
Total do Activo			<u>20,120,727</u>
PASSIVO E VALOR DO FUNDO		Notas	
Credores:			
Entidade gestora	5		165
Total do Passivo			<u>165</u>
Valor do Fundo	3		<u>20,120,562</u>
Total do Passivo e do Valor do Fundo			<u>20,120,727</u>

O Anexo faz parte integrante desta Demonstração.



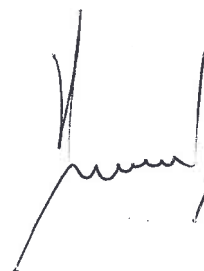
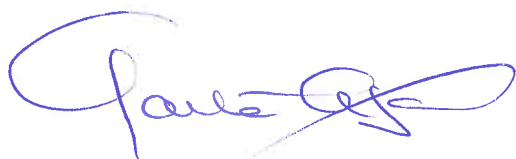
FUNDO DE PENSÕES PIR FIDELIDADE - COMPANHIA DE SEGUROS E ASSOCIADAS

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Montantes expressos em Euros)

	Notas	
Contribuições	3	20,119,545
Rendimentos líquidos dos investimentos	6	1,182
Outras despesas	7	(165)
Resultado líquido		<u>20,120,562</u>

O Anexo faz parte integrante desta Demonstração.



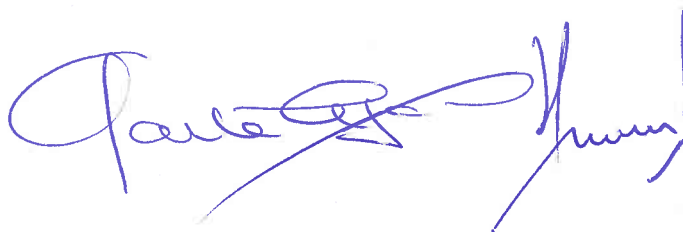
FUNDO DE PENSÕES PIR FIDELIDADE - COMPANHIA DE SEGUROS E ASSOCIADAS

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Montantes expressos em Euros)

Fluxos de caixa das actividades operacionais	
Contribuições do Associado	2,688,773
Transferências de fundos de pensões	17,430,772
Fluxos de caixa líquidos das actividades operacionais	<u>20,119,545</u>
Fluxos de caixa das actividades de investimento	
Pagamentos	
Aquisição de investimentos	(19,600,000)
Fluxos de caixa líquidos das actividades de investimento	<u>(19,600,000)</u>
Variação de caixa e seus equivalentes	<u>519,545</u>
Efeitos de alterações na taxa de câmbio	<u>-</u>
Caixa e equivalentes no início do período	<u>-</u>
Caixa e equivalentes no fim do período	<u>519,545</u>

O Anexo faz parte integrante desta Demonstração.



ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013
(Montantes expressos em Euros)

1. NOTA INTRODUTÓRIA

O Fundo de Pensões PIR Fidelidade – Companhia de Seguros e Associadas (adiante igualmente designado por “Fundo”) foi constituído em 31 de Dezembro de 2013, tendo como Associados as seguintes entidades:

- Fidelidade – Companhia de Seguros, S.A. (Fidelidade);
- Companhia Portuguesa de Resseguros, S.A. (CPR);
- Via Directa – Companhia de Seguros, S.A. (Via Directa);
- Cares – Companhia de Seguros, S.A. (Cares); e
- Multicare – Seguros de Saúde, S.A. (Multicare).

A CGD Pensões - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. (Sociedade Gestora) assegura a gestão financeira e administrativa do Fundo, sendo as funções de banco depositário exercidas pela Caixa Geral de Depósitos, S.A. (CGD).

São Participantes do Fundo:

- a) Os trabalhadores do Associado Fidelidade em 15 de Janeiro de 2012 que, cumulativamente:
- (i) Transitaram da ex-Companhia de Seguros Fidelidade, S.A. ou da ex-Companhia de Seguros Mundial-Confiança, S.A., e que se encontravam abrangidos pelos benefícios na reforma estabelecidos pelo Anterior Contrato Colectivo de Trabalho (CCT), por terem sido admitidos até 22 de Junho de 1995 ou após essa data mas, neste último caso, transitados do sector segurador e com vínculo a esse sector anterior a 22 de Junho de 1995 ou aos quais haja sido contratualmente atribuído direito a pensão de reforma;
 - (ii) Na data da celebração do contrato constitutivo do Fundo, não tenham passado à situação de beneficiários do Fundo de Pensões Fidelidade ou do Fundo de Pensões do Pessoal da Mundial-Confiança por reforma por velhice ou invalidez; e
 - (iii) Na data da celebração do contrato constitutivo do Fundo estavam abrangidos pelo Novo CCT, por não serem filiados no SINAPSA – Sindicato Nacional dos Profissionais de Seguros e Afins (“Sinapsa”) ou por terem aderido individualmente a esse mesmo Contrato apesar de serem filiados no Sinapsa, e não se encontrem em situação de pré-reforma anterior a 1 de Janeiro de 2012.
- b) Os trabalhadores do Associado Fidelidade em 15 de Janeiro de 2012 que, cumulativamente:
- (i) Transitaram da ex-Império Bonança – Companhia de Seguros, S.A., e que:
 - a) Ou se encontravam abrangidos pelos benefícios na reforma estabelecidos pelo Anterior CCT, por terem sido admitidos naquela Companhia até 28 de Dezembro de 2005, ou por terem sido admitidos na ex-Império Bonança – Companhia de Seguros, S.A., após 28 de Dezembro de 2005 mas transitados do sector segurador e com vínculo a esse sector anterior a 22 de Junho de 1995;
 - b) Ou pertenciam ao quadro permanente da extinta Associada Impergesto na data da constituição do presente Fundo, tendo sido transferidos, em 26 de Dezembro de 2006, para a ex-Império Bonança – Companhia de Seguros, S.A.; e
 - c) Ou aos quais haja sido contratualmente atribuído direito a pensão de reforma.
 - (ii) Na data da celebração do contrato constitutivo do Fundo, não tenham passado à situação de beneficiários do Fundo de Pensões do Pessoal da Império Bonança por reforma por velhice ou invalidez; e
 - (iii) Na data da celebração do contrato constitutivo do Fundo estavam abrangidos pelo Novo CCT, por não serem filiados no Sinapsa ou por terem aderido individualmente a esse mesmo Contrato apesar de serem filiados no Sinapsa, e não se encontrem em situação de pré-reforma anterior a 1 de Janeiro de 2012;

- c) Os trabalhadores no activo do Associado CPR que, cumulativamente:
- (i) Se encontravam abrangidos pelos benefícios na reforma estabelecidos pelo Anterior CCT, ou aos quais haja sido expressamente atribuído direito a pensão de reforma no respectivo contrato individual de trabalho;
 - (ii) Na data da celebração do contrato constitutivo do Fundo não tenham passado à situação de beneficiários do Fundo de Pensões da Companhia Portuguesa de Resseguros por reforma por velhice ou invalidez; e
 - (iii) Na data da celebração do contrato constitutivo do Fundo estejam abrangidos pelo Novo CCT, por não serem filiados no Sinapsa ou por terem aderido individualmente a esse mesmo Contrato apesar de serem filiados no Sinapsa, e não se encontrem em situação de pré-reforma anterior a 1 de Janeiro de 2012.
- d) Os trabalhadores no activo do Associado Via Directa que, cumulativamente:
- (i) Se encontravam abrangidos pelos benefícios na reforma estabelecidos pelo Anterior CCT, ou aos quais haja sido expressamente atribuído direito a pensão de reforma no respectivo contrato individual de trabalho; e
 - (ii) Na data da celebração do contrato constitutivo do Fundo estejam abrangidos pelo Novo CCT, ou por não serem filiados no Sinapsa ou por terem aderido individualmente a esse mesmo Contrato apesar de serem filiados no Sinapsa, e não se encontrem em situação de pré-reforma anterior a 1 de Janeiro de 2012.
- e) Os demais empregados do quadro permanente dos Associados que, na data da celebração do contrato constitutivo do Fundo ou em data posterior, sejam abrangidos pelo Novo CCT;
- f) Os ex-empregados do quadro permanente dos Associados cujo vínculo laboral venha a cessar em data posterior à da celebração do contrato constitutivo do Fundo e cujos montantes sobre os quais tenham direitos adquiridos não hajam ainda sido transferidos para outro fundo de pensões;
- g) Excluem-se expressamente das alíneas anteriores os trabalhadores e ex-trabalhadores que, em face das regras em vigor, não estejam abrangidos no âmbito subjectivo do Novo CCT, bem como os trabalhadores afectos a prédios de rendimento (Porteiros e Empregados de limpeza de imóveis).

São Beneficiários do Fundo os Participantes do Fundo reformados por velhice e invalidez e, para as situações de morte dos Participantes, as pessoas elegíveis para beneficiar de uma pensão de sobrevivência de acordo com o regime previsto no Novo CCT.

2. BASES DE APRESENTAÇÃO E PRINCIPAIS CRITÉRIOS VALORIMÉTRICOS

As demonstrações financeiras foram preparadas a partir dos livros e registos contabilísticos do Fundo, mantidos de acordo com o estabelecido pelo Instituto de Seguros de Portugal na Norma Regulamentar nº 7/2010 - R, de 4 de Junho.

Os principais critérios valorimétricos utilizados na preparação das demonstrações financeiras foram os seguintes:

a) Especialização de exercícios

Os proveitos e custos são reconhecidos na demonstração de resultados do período em que se vencem, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento, com excepção das contribuições dos Associados, as quais são reconhecidas como proveitos quando recebidas.

b) Depósitos bancários

Os depósitos bancários são avaliados ao seu valor nominal, procedendo-se ao reconhecimento diário do juro.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013
(Montantes expressos em Euros)

c) Comissão de gestão

Esta comissão corresponde à remuneração da Sociedade Gestora pela sua actividade de gestão do património do Fundo. Nos termos do Contrato de Gestão do Fundo, esta comissão é calculada da seguinte forma:

- Gestão administrativa

Comissão correspondente ao dobro da taxa a pagar ao Instituto de Seguros de Portugal sobre cada contribuição efectuada para o Fundo, excluindo a contribuição inicial. A taxa a aplicar é a que se encontre em vigor à data da realização da contribuição.

- Gestão financeira

Comissão anual de 0,30%, cobrada trimestral e postecipadamente sobre o valor de mercado da carteira do Fundo no final de cada trimestre, com excepção das unidades de participação de fundos de investimento geridos por empresas do Grupo Caixa Geral de Depósitos. Para este efeito o valor de mercado da carteira é equiparado ao valor do Fundo no final de cada trimestre.

As comissões de gestão são registadas na rubrica “Outras despesas” da demonstração de resultados (Nota 7).

d) Comissão de depósito

Esta comissão corresponde à remuneração da CGD pelo exercício das funções de depositário dos títulos de crédito e de outros documentos representativos dos valores que integram a carteira do Fundo. A comissão é calculada através da aplicação de uma taxa anual de 0,025% sobre o valor de mercado dos activos mobiliários da carteira do Fundo no final de cada trimestre, com excepção das unidades de participação de fundos de investimento geridos por empresas do Grupo Caixa Geral de Depósitos, sendo paga trimestral e postecipadamente.

Esta comissão é registada na rubrica “Outras despesas” da demonstração de resultados.

e) Contribuições

As contribuições para o Fundo efectuadas pelos Associados são registadas como proveitos quando recebidas, concorrendo para a formação do resultado do exercício.

f) Unidades de participação

O património do Fundo está formalizado através de unidades de participação, as quais poderão ser inteiras ou fraccionadas. O valor unitário inicial das unidades de participação é de 5 Euros.

A subscrição de unidades de participação não dá lugar à emissão de títulos representativos, operando-se em sua substituição um registo informático de unidades desmaterializadas.

O valor de cada unidade de participação é calculado dividindo o valor líquido global do Fundo pelo número de unidades de participação em circulação.

As subscrições e resgates são efectuadas com base no último valor da unidade de participação conhecido e divulgado na respectiva data, sendo registadas nas rubricas “Contribuições” e “Pensões, capitais e prémios únicos vencidos” da demonstração de resultados, respectivamente.

O valor de reembolso ou de transferência (antes de tributação em sede de Imposto Sobre o Rendimento de Pessoas Singulares), nos termos previstos no Plano, correspondente a cada unidade de participação terá, no mínimo, que ser igual ao respectivo valor de aquisição (garantia de capital). Nos termos do contrato constitutivo do Fundo, o Associado de que o Participante seja trabalhador à data de reembolso ou da transferência deverá complementar o produto do reembolso ou transferência com o montante necessário para assegurar o cumprimento da referida garantia de capital.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013
(Montantes expressos em Euros)g) Impostos

De acordo com o disposto nos artigos 16º e 49º do Estatuto dos Benefícios Fiscais, os fundos de pensões e equiparáveis, constituídos de acordo com a legislação nacional, estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas, bem como de Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis e de Imposto Municipal sobre Imóveis. A isenção de IRC não abrange os dividendos de acções Portuguesas que não tenham permanecido em carteira por um período superior a 1 ano. Por outro lado, os fundos de pensões são ainda eventualmente sujeitos a tributação no estrangeiro relativamente aos rendimentos aí obtidos.

As taxas sobre as contribuições a pagar ao Instituto de Seguros de Portugal são suportadas pela Sociedade Gestora.

3. VALOR DO FUNDO

O Fundo de Pensões PIR Fidelidade – Companhia de Seguros e Associadas foi constituído em 31 de Dezembro de 2013, através das seguintes transferências em numerário:

Fundo de Pensões do Pessoal da Império Bonança	9.652.622
Fundo de Pensões Fidelidade	5.328.538
Fundo de Pensões Pessoal da Mundial-Confiança	4.650.869
Fundo de Pensões da Companhia Portuguesa de Resseguros	22.643
Adesão Colectiva n.º 15 da Via Directa do	
Fundo de Pensões do Aberto Caixa Reforma Prudente	2.936

	19.657.608
	=====

Os movimentos ocorridos no valor do Fundo em 31 de Dezembro de 2013 (data de constituição do Fundo) podem ser detalhados da seguinte forma:

Resultado líquido:

Contribuições por transferência	17.430.772
Contribuições	2.688.773
Rendimentos líquidos dos investimentos (Nota 6)	1.182
Comissões (Nota 7)	(165)

Saldo em 31 de Dezembro de 2013	20.120.562
	=====

4. INVESTIMENTOS

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, a rubrica de numerário, depósitos em instituições de crédito e aplicações MMI apresenta o seguinte detalhe:

	Valor Nominal	Juro decorrido
Depósitos à ordem em Euros	519.545	-
Depósitos a prazo em Euros	19.600.000	1.182
	-----	-----
Depósitos em instituições de crédito	20.119.545	1.182
	=====	=====

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013
(Montantes expressos em Euros)

Em 31 de Dezembro de 2013, os depósitos à ordem em Euros encontravam-se domiciliados na CGD e eram remunerados à taxa Euribor a 1 mês deduzida de 0,2%.

Na mesma data, os depósitos a prazo encontravam-se domiciliados na CGD e venciam juros à taxa média anual de 2,17%.

5. CREDORES

Em 31 de Dezembro de 2013, o saldo desta rubrica respeita à comissão de gestão financeira a pagar à Sociedade Gestora.

6. RENDIMENTOS LÍQUIDOS DE INVESTIMENTOS

O saldo desta rubrica respeita a juros de depósitos a prazo.

7. OUTRAS DESPESAS

O saldo desta rubrica respeita à comissão de gestão financeira.

8. DIVULGAÇÕES RELATIVAS A INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Norma 8/2009-R de 4 de Junho do ISP veio regulamentar os “Mecanismos de Governação no âmbito dos fundos de pensões no que respeita à gestão de riscos e controlo interno”. Assim, a CGD Pensões, no âmbito da sua função de gestão concluiu, no último trimestre de 2012, o trabalho conjunto com a Direcção de Gestão de Risco (DGR), conducente à assunção, por parte desta Direcção da CGD, do controlo, avaliação e monitorização das medidas definidas pela medição dos seguintes riscos:

- Risco de mercado;
- Risco de crédito;
- Risco de concentração;
- Risco de liquidez:
 - Nos fundos de pensões fechados são tidas em linha de conta as necessidades de se assegurarem os *cash-flows* dos passivos, bem como as pensões que já se encontram em pagamento;
 - Nos fundos de pensões abertos é tida em linha de conta a estrutura etária dos Participantes, o histórico de transferências entre fundos ou para outros fundos e o histórico de reembolsos.

Encontra-se em fase de assinatura o contrato de prestação de serviços a ser celebrado entre Sociedade Gestora e a DGR-CGD, no que respeita a esta matéria.

O risco operacional é tratado e monitorizado no âmbito do processo ROCI da CGD, transversal a todo o Grupo e o risco de investimento é controlado através do cálculo periódico da margem da solvência da CGD Pensões.

O Plano de Continuidade de Negócio (PCN) é assegurado transversalmente a todo o Grupo pela CGD encontrando-se implementado e com testes regulares levados a cabo ao longo do ano.

A auditoria interna foi subcontratada à CGD, mediante celebração de contrato específico sendo assegurada pela respectiva Direcção da CGD.

Quanto aos riscos específicos do plano de pensões, bem como o risco de mercado, nos casos dos planos de pensões de benefício definido, são calculados e monitorizados pelo respectivo actuário responsável.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013
(Montantes expressos em Euros)

As regras de gestão de acordo com a política de investimento sujeitam a carteira a restrições em termos da sua composição, quanto aos activos e aos níveis de risco. Os limites de risco são definidos tanto para exposição de crédito (concentração por nome, sector, *rating* e país), como de mercado (nível máximo de risco total, por factor de risco e por prazo), como de liquidez (número de cotações mínimas exigido, limite da percentagem máxima autorizada em carteira de cada emissão, composição da carteira de acções em função da sua inclusão em índices autorizados). São produzidas análises mensais e de controlo para monitorização destes limites.

Apresenta-se de seguida um conjunto de informação quantitativa relativa aos principais riscos a que o Fundo se encontra sujeito:

Risco de crédito

Exposição máxima a risco de crédito

Em 31 de Dezembro de 2013, o Fundo não se encontra exposto ao risco de crédito de títulos de dívida.

Qualidade de crédito dos depósitos em instituições de crédito

Em 31 de Dezembro de 2013, os depósitos à ordem e a prazo encontravam-se integralmente domiciliados na Caixa Geral de Depósitos, S.A. (Nota 4), cujo *rating* a longo prazo pela *Standard & Poor's* nessa data era de "BB -" com *outlook* negativo.

Qualidade de crédito de títulos de dívida

Em 31 de Dezembro de 2013, o Fundo não detinha títulos de dívida em carteira.

Grau de concentração

Em 31 de Dezembro de 2013, os únicos activos do Fundo correspondiam a depósitos à ordem e a prazo em Euros domiciliados na CGD.

Risco de mercado / taxa de juro / liquidez / cambial

Em 31 de Dezembro de 2013, o Fundo não detinha títulos de dívida em carteira, correspondendo os seus únicos activos depósitos à ordem e a prazo em Euros domiciliados na CGD.

INVENTÁRIO DA CARTEIRA DE TÍTULOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Montantes expressos em Euros)

Espécie	Quantidade	Valor inicial	Mais/ /(menos)- -valias	Valor de balanço	Juros corridos	Obrigações de taxa indexada
ACÇÕES						
Euros						
SIEMENS	84	7,063	1,277	8,340	-	
SANOFI SYNLABO	84	6,025	453	6,478	-	
ANHEUSER-BUSCH INB	78	5,133	893	6,026	-	
ALLIANZ	44	4,773	962	5,735	-	
BNP	80	3,806	726	4,532	-	
DEUTSCHE BANK	125	4,173	161	4,334	-	
TOTAL SA	96	3,889	386	4,275	-	
DAIMLER CHRYSLER	64	3,776	250	4,026	-	
GLE ENTREP. VINCI	84	3,377	631	4,008	-	
BAYER AG	39	2,804	1,172	3,976	-	
BCO. BILBAO VISCAYA	399	3,046	524	3,570	-	
CRH ORD	181	3,241	74	3,315	-	
BCO SANTANDER C.HISP	502	2,960	306	3,266	-	
ING GROEP NV	319	2,206	1,016	3,222	-	
SAINT-GOBAIN	79	3,094	64	3,158	-	
AIRBUS GROUP NV	56	2,103	1,022	3,125	-	
BASF	40	2,846	254	3,100	-	
DANONE	59	3,012	75	3,087	-	
AXA-UAP	145	2,341	589	2,930	-	
MUNCHENER RUCKVERS.	18	2,507	376	2,883	-	
SAP ORD.	44	2,669	73	2,742	-	
DEUTSCHE TELEKOM	214	2,467	193	2,660	-	
AEGON NV	373	2,518	42	2,560	-	
VALEO SA	31	2,315	178	2,493	-	
HEIDELBERGER ZEMENT	45	2,414	68	2,482	-	
ENI SPA	141	2,443	23	2,466	-	
HENKEL KGAA PREF.	29	1,804	641	2,445	-	
BEIERSDORF AG	33	2,063	367	2,430	-	
UPM-KYMMENE	197	1,872	547	2,419	-	
NOKIA A	402	1,400	940	2,340	-	
SBM OFFSHORE NV	158	2,257	81	2,338	-	
BANCA INTESA	1,267	1,938	335	2,273	-	
FERROVIAL	161	2,232	32	2,264	-	
CHRISTIAN DIOR	15	2,030	30	2,060	-	
FIAT SPA-ORD.	330	1,897	65	1,962	-	
TELEFONICA	165	1,855	98	1,953	-	
ASML NA	28	1,900	5	1,905	-	
CREDIT AGRICOLE SA	163	1,490	27	1,517	-	
Neste Oil Oyj	104	1,492	2	1,494	-	
VOLKSWAGEN AG-PREF.	7	1,194	235	1,429	-	
ADIDAS- SALOMON AG	14	1,186	111	1,297	-	
FRESENIUS MEDICAL CA	25	1,316	(23)	1,293	-	
E.ON AG(EX VEBAG)	90	1,265	(58)	1,207	-	
JAZZTEL PLC	153	845	345	1,190	-	
CONTINENTAL AG	7	1,003	113	1,116	-	
AUTOSTRADA	66	1,050	26	1,076	-	
RWE-RHEINISCH WEST..	38	1,035	(24)	1,011	-	
IBERDROLA	214	887	105	992	-	
ENEL	309	1,007	(26)	981	-	
TERNA SPA	264	834	125	959	-	
CARREFOUR	29	561	274	835	-	
AIR LIQUIDE	8	775	47	822	-	
SUEZ ENVIRONNEMENT S	63	604	217	821	-	
FREENET AG	37	768	38	806	-	
DISTRI.INTERNACIONAL	121	582	205	787	-	
KONINKLIJKE KPN	323	762	(5)	757	-	

INVENTÁRIO DA CARTEIRA DE TÍTULOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Montantes expressos em Euros)

Espécie	Quantidade	Valor inicial	Mais/ /(menos)- -valias	Valor de balanço	Juros corridos	Obrigações de taxa indexada
EDF	25	447	195	642	-	
J.MARTINS-PO	40	584	(15)	569	-	
		127,936	16,843	144,779	-	
Outras divisas						
GLENCORE XSTRARA PLC	656	2,415	45	2,460	-	
BURBERRY GROUP	94	1,669	40	1,709	-	
BARRATT DEVELOPMENT	404	1,618	73	1,691	-	
MARINE HARVEST	1,907	1,430	254	1,684	-	
BARCLAYS	485	1,469	113	1,582	-	
NOVARTIS REG	27	1,534	32	1,566	-	
ASOS PLC	13	810	145	955	-	
LLOYDS BANK	963	756	155	911	-	
ASS. BRITISH FOODS	30	761	119	880	-	
C.S.HOLD./GROUP-REG	38	673	171	844	-	
SVENSKA CELLULOSA B	36	736	69	805	-	
GENEL ENERGY PLC	62	784	15	799	-	
DE LA RUE PLC	30	329	(12)	317	-	
		14,984	1,219	16,203	-	
		142,920	18,062	160,982	-	

UNIDADES DE PARTICIPAÇÃO EM FUNDOS DE INVESTIMENTO

Mobiliários

CXG OB MAIS MENSAL	76,639	315,980	8,725	324,705	-	324,705
PETERCAM BdEUR InG-F	3,360	192,941	2,645	195,586	-	
HSBC EURO GVT BOND F	68	192,423	2,067	194,490	-	
ROBEKO EUR GOV BD I	924	128,321	1,778	130,099	-	
BNPP L1 EQTY EURO I	359	101,429	16,201	117,630	-	
BROCK EURO MKT Fd D2	4,818	90,819	25,536	116,355	-	
PIONEER EUROLND EQ I	16,498	95,677	19,644	115,321	-	
CXG IMOBILIARIO	25,644	83,907	657	84,564	-	
ALLIANZ EUOLD EQY G	30	48,260	2,491	50,751	-	
		1,249,757	79,744	1,329,501	-	324,705

Imobiliários

F.I.IMOB.IMOSOCIAL	9,246	64,024	(4,761)	59,263	-	
LOGISTICA E DISTRIB.	9,225	56,125	(5,326)	50,799	-	
Fnd I.Imob. MAXIRENT	3,960	46,924	(7,545)	39,379	-	
FUNDIESTAMO I	32	32,050	(35)	32,015	-	
TISHMAN ESOF SFEEDER	54,682	26,336	2,385	28,721	-	
IBERIA F.INV.IMOB	2,525	2,424	(2,236)	188	-	
		227,883	(17,518)	210,365	-	
		1,477,640	62,226	1,539,866	-	324,705

OBRIGAÇÕES DE DÍVIDA PÚBLICA

Taxa fixa

BTPS 3.75% 08/2016	41,000	42,714	418	43,132	635
BGB 3.5% 06/2017	37,000	40,929	(643)	40,286	660
BTPS 3% 11/2015	37,000	37,950	206	38,156	184
FRTR 3% 04/2022	34,000	37,190	(854)	36,336	699
NETHER 3.75% 01/23	24,000	28,859	(1,621)	27,238	863
SPGB 4.8% 01/2024	24,000	24,873	285	25,158	1,054
BTPS 5.5% 09/2022	20,000	22,000	440	22,440	368
DBR 6.25% 01/2024	16,000	22,860	(604)	22,256	989
FRTR 4.5% 04/2041	18,000	23,212	(1,596)	21,616	555
OT 3.6% OUT/2014	20,000	20,044	126	20,170	152
SPGB 5.5% 04/2021	18,000	18,373	1,715	20,088	665

INVENTÁRIO DA CARTEIRA DE TÍTULOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Montantes expressos em Euros)

Espécie	Quantidade	Valor inicial	Mais/ /(menos)- -valias	Valor de balanço	Juros corridos	Obrigações de taxa indexada
SPGB 3.3% 10/2014	17,000	17,379	(73)	17,306	94	
BTPS 6% 11/15/14	16,000	16,951	(261)	16,690	122	
BTPS 5% 03/2025	15,000	15,527	557	16,084	251	
BTPS 5% 09/2040	15,000	14,996	411	15,407	251	
RAGB 4.85 03/2026	12,000	15,742	(916)	14,826	464	
DBR 4% 04/01/37	12,000	16,237	(1,718)	14,519	475	
FRTR 3.25% 25/4/2016	12,000	13,064	(272)	12,792	267	
OT 4.375% 06/2014	12,000	12,128	42	12,170	285	
DBR 1.75% 07/04/22	12,000	12,282	(240)	12,042	104	
FRTR 4.25% 10/2023	9,000	10,424	(9)	10,415	70	
FRANCE O.A.T 4.25	9,000	10,515	(365)	10,150	70	
DBR 1.5% 05/2023	10,000	9,824	(163)	9,661	95	
SPGB 3.15% 01/2016	7,000	6,927	288	7,215	202	
DBR 3.75% 01/2017	5,000	5,718	(216)	5,502	185	
		<u>496,718</u>	<u>(5,063)</u>	<u>491,655</u>	<u>9,759</u>	
Taxa variável						
CCTS Float 06/15/17	90,000	92,669	484	93,153	112	93,265
		<u>589,387</u>	<u>(4,579)</u>	<u>584,808</u>	<u>9,871</u>	<u>93,265</u>
OBRIGAÇÕES DIVERSAS						
Taxa fixa						
CXGD 5.125% 02/2014	100,000	100,825	(1,025)	99,800	4,423	
CXGD 8% 09/2015	32,000	34,600	133	34,733	659	
		<u>135,425</u>	<u>(892)</u>	<u>134,533</u>	<u>5,082</u>	
Taxa variável						
TELEFO Float 06/2015	100,000	101,235	102	101,337	166	101,503
DGFP Float 04/2016	100,000	100,000	598	100,598	165	100,763
UCGIM Float 01/2016	100,000	99,947	339	100,286	335	100,621
CBAAU Float 10/2016	100,000	100,000	(130)	99,870	109	99,979
BAVB Float 10/14	100,000	97,572	1,890	99,462	107	99,569
LLOYDS BANK Float 16	95,000	91,045	1,663	92,708	225	92,933
GE Float 02/2016	90,000	88,783	673	89,456	36	89,492
BMW Float 09/2016	60,000	60,000	(34)	59,966	20	59,986
JPM Float 03/2015	50,000	50,000	1,085	51,085	46	51,131
SANTAN Float 09/2016	50,000	49,500	811	50,311	3	50,314
ENELIM Float 01/2015	50,000	49,475	573	50,048	265	50,313
Citigroup Flt.03/14	50,000	49,710	285	49,995	14	50,009
UBIIM Float 12/2014	50,000	48,055	1,755	49,810	46	49,856
ENELIM Float 02/2016	50,000	48,775	894	49,669	189	49,858
MS Float 04/2016	50,000	48,570	770	49,340	67	49,407
JPM Float 03/2018	50,000	48,845	218	49,063	-	49,063
BESPL Float 06/2014	50,000	47,985	984	48,969	2	48,971
BCPN Float 05/14	40,000	38,996	364	39,360	21	39,381
BNP Float 11/2015	20,000	20,006	(12)	19,994	14	20,008
DB Float 09/2015	10,000	9,625	306	9,931	2	9,933
Intned Float 04/2016	10,000	9,792	23	9,815	11	9,826
		<u>1,257,916</u>	<u>13,157</u>	<u>1,271,073</u>	<u>1,843</u>	<u>1,272,916</u>
		<u>1,393,341</u>	<u>12,265</u>	<u>1,405,606</u>	<u>6,925</u>	<u>1,272,916</u>
		<u>3,603,288</u>	<u>87,974</u>	<u>3,691,262</u>	<u>16,796</u>	<u>1,690,886</u>
						<u>1,690,890</u>

